

CAPTURAS E RESISTÊNCIAS NAS DEMOCRACIAS LIBERAIS: UMA MIRADA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NOS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS

*Acácio AUGUSTO**

*Pablo Ornelas ROSA***

*Paulo Edgar da Rocha RESENDE****

RESUMO: A partir dos protestos de Junho de 2013 novíssimos movimentos sociais se avolumaram no Brasil, apresentando caráter anticapitalista, organização horizontal, rejeição a diálogos com representantes estatais por vias institucionais e com ampla mobilização através de redes sociais digitais. Grande parte desses grupos negam a estrutura hierárquica dos movimentos tradicionais e os modelos de representação que culminam em líderes capazes de negociar com Estado e de serem capturados pelos interesses do poder institucional. A análise busca compreender as singularidades de novas formas organizativas, de confronto e de expressão da luta antissistêmica. As proximidades que essas recentes ações coletivas têm apresentado em relação a referenciais anarquistas oferecem um desafio analítico ao qual as matrizes teórico-metodológicas mais utilizadas nos estudos de movimentos sociais não oferecem todos os suportes.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Sociedade de controle. Anarquismo.

Adaptação ou resistência

As práticas discursivas modernas plasmam uma imagem dos jovens, atribuí-lhes características e papéis, tratando de impor-lhes regras e valores, constatando

* UVV – Universidade Vila Velha. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Vila Velha – ES – Brasil. 29102-920 - estadoalterado@yahoo.com.br.

** UVV – Universidade Vila Velha. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Vila Velha – ES – Brasil. 29102-920 - pablorosa13@gmail.com.

*** UVV – Universidade Vila Velha. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Vila Velha – ES – Brasil. 29102-920 - pauloedgar.rresende@gmail.com.

com angústia os elementos de desagregação associados a esse período de mudança, as situações de conflito, as resistências inseridas nos processos de integração e de reprodução social. Essa visão monolítica da categoria jovens, muitas vezes ignora questões da ordem das desigualdades sociais e políticas fazendo que se ignore como se experimenta de formas diversas, essa dita fase da vida, em classes sociais diferentes.

Nos países ocidentais, incluindo o Brasil, a visibilidade da juventude ficou restrita a jovens escolarizados de classe média até meados dos anos 1960, situação que acabava condensando o significado de condição juvenil. O debate estava mais voltado para o papel que os jovens - através dos movimentos estudantis, do engajamento em partidos políticos de esquerda e principalmente através da contracultura - davam para a transformação cultural e política que estavam recebendo como herança.

Na década de 1960, mais especificamente em 1968, inúmeros analistas afirmaram que houve uma grande revolução cultural e comportamental nos costumes e hábitos de uma geração que estava muito além de seus pais e antepassados, no sentido de anseios por um novo modo de vida. Segundo Sartre, cada geração buscava “viver sem tempos mortos”. Tais jovens criaram utopias e buscaram engajar-se na política de modo diferente das formas então vigentes – pela aliança entre estudantes e camponeses, por exemplo -, pensados como atores sociais básicos para uma nova sociedade. Essa aliança motivou alguns intelectuais a sair pelos campos pregando a revolução. Che Guevara será o símbolo máximo dessa frente. Criaram identidades político-culturais, no sentido de pautarem novos temas de gênero, etnia, ser estudante, ser jovem, ser mulher etc. (GOHN, 2013, p.13).

A constituição de comunidades emocionais fundamenta-se no compartilhamento de emoções intensas que acabam por aglutinar muitos atores sociais constituindo assim, as chamadas tribos urbanas. São agrupamentos constituídos por indivíduos que se reúnem e vestem uma mesma estética para compartilhar atividades e atitudes que geram sensações, conferindo sentido a uma existência que cotidianamente encontra-se carente de um contato emocional mais intenso. A potência subterrânea surge como uma crítica à passividade do indivíduo das chamadas sociedades de massa e da constituição de fontes fragmentadas de resistência e de práticas alternativas que pedem cada vez mais canais de expressão. As novas formas de sociabilidade são construções que ocorrem através das criações de códigos estéticos, rituais, espaços específicos, além das próprias músicas. Por fim, a necessidade de interação forte, dando um sentimento de pertencer ao grupo, faz com que haja a necessidade de um espaço para compartilhar estes momentos.

Embora estejamos sob a égide do capitalismo que incide diretamente sobre as vidas medidas em termos de riscos e ganhos, conforme mostra Foucault (2008) ao tratar da predominância daquilo que chamou de racionalidade neoliberal, caracterizado pelo empreendedorismo de si e pelo *marketing* pessoal, ainda assim é possível encontrar resistências às relações poder, que as pressupõem.

Hoje, são muitos os alunos de cursos de graduação e pós-graduação em administração, direito, psicologia, marketing, engenharia de produção, dentre outros, inclusive, jornalismo, que curiosamente pedem para serem motivados, solicitando por novos estágios e cursos de formação permanente, como alertava Deleuze (2001) ao final de seu *post scriptum* sobre a sociedade de controle. Estes jovens passam a reivindicar e incorporar efetivamente aquilo que Gaulejac (2007) chamou de poder gerencialista, fundamentado na e fundamentando a cultura empresarial. Uma cultura que atinge, mesmo que diferencialmente, jovens tanto das camadas médias, quanto das camadas baixas, pois esse empreendedorismo de si se caracteriza por uma certa forma de ser e imaginar (FOUCAULT, 2008), e não pela capacidade de investimento, apenas condicionada pelo acesso ao consumo em cada caso.

Possivelmente a preocupação demasiada com o futuro incerto decorrente das rápidas transformações do capitalismo contemporâneo, que propiciam mudanças emocionais e, sobretudo, mudanças nos mundos do trabalho, faz com que parte destes jovens compartilhem variadas formas de exercício do poder, mesmo sob constantes tensões, expondo seus medos referentes aos possíveis fracassos que encontrarão. Preocupados com esse futuro, esses jovens terminam por aderir a conduta conformista.

A gestão, ciência do capitalismo contemporâneo, criada por engenheiros como Taylor e Fayol que tinham por finalidade prática fazer a empresa funcionar, acabou se decompondo em domínios especializados como a gestão estratégica, gestão de produção, gestão comercial, gestão financeira, gestão de pessoas, gestão ambiental, gestão de marketing etc. A fragmentação destes saberes práticos, além de modelar comportamentos, orientando processos de decisão e estabelecendo procedimentos e demais normas, fundamentam-se na construção de um sistema de interpretação do mundo social que sugere uma ordem de valores e uma concepção de ação.

Pressupondo que a incorporação do poder gerencialista só foi possível por meio da difusão de seus pressupostos, postulados, crenças, hipóteses e métodos que resultaram na incorporação e reprodução de certas verdades fundamentadas na cultura empresarial, é possível constatar não somente suas consequências humanas, mas também a forma com que são refletidas na produtividade das organizações reiterando a adaptação de certa parcela de jovens a este jogo de poder programado pela racionalidade neoliberal estadunidense que, conforme Foucault (2008),

prepondera em relação às racionalidades neoliberais iniciadas em outros países por não ser uma mera política que visa minimizar o Estado e maximizar o mercado, mas por se constituir em uma certa forma de fazer e imaginar que forja condutas governadas.

Segundo Gaulejac (2007), as escolas de gestão não procuram estudar os fenômenos relacionados ao poder e a dominação, quem paga ou quem se beneficia com determinadas decisões tomadas no interior da empresa. Os objetos de análise centram-se apenas na execução de ações eficientes e eficazes que gerem lucro às corporações, conseqüentemente, a referência hegemônica parte do ponto de vista econômico e não sócio-político. Friedman (1984) argumenta que o único papel social da empresa é o lucro e desta forma, ela não precisa responsabilizar-se pela sociedade. Trata-se de um jogo discursivo de democratização da conduta responsável como imperativo da cidadania contemporânea, para qual todos devem caminhar, inclusive as empresas, na medida em que a cidadania passa a ser um *a priori* da vida política que, em última instância, segue atrelada ao Estado como ponto culminante.

Certamente uma das razões da ascensão dessa categoria que estamos chamando de juventude adaptada e conformista (independente da sua classe social) pode ser encontrada nos escritos de Sennett (2009), sobretudo, no momento em que o autor trata do medo do fracasso e da perda do espaço no mercado de trabalho devido a flexibilização das relações trabalhistas, fundada na formação e avaliação continuada. Segundo o autor, é cada vez mais comum na literatura popular disponibilizada nas estantes das livrarias inúmeras receitas de como enfrentar esse grande tabu moderno que é o fracasso, sempre vinculado à vida profissional.

A frustração do desemprego deixou de fazer parte apenas da vida dos pobres ou desprivilegiados, tornando-se fato regular na vida das classes médias. A naturalização da lógica do vencedor introjeta uma mentalidade competitiva que entrega ao fracasso grandes números de pessoas qualificadas. As tragédias súbitas do capitalismo não estão mais restritas às classes menos privilegiadas intelectual e economicamente, hoje estão sendo impostas às classes médias através das reengenharias e *softwares* avançados de gestão que pressupõem novas tecnologias que minimizam o trabalho humano em favor de processos de automação.

Sendo assim, parte dos jovens das mais distintas classes, diante do medo de não conseguirem ingressar ou manterem-se no mercado de trabalho, acabam incorporando tecnologias disponibilizadas pelos livros de autoajuda empresarial e suas *expertises*, no intuito de melhor se adaptarem a essa sociedade meritocrática. A busca em se enquadrar em identidades já formadas, pré-definidas e estabelecidas como ideais, denominadas por Rolnik (1997, p.1) como identidades globais – ou “[...] *kits* de perfis-padrão de acordo com cada órbita do mercado, para serem

consumidos pelas subjetividades, independentemente de contexto geográfico, nacional, cultural” – provoca uma série de desconfortos subjetivos que esvaziam a criatividade, levam a intoxicações anestésicas e até mesmo à síndrome do pânico. A busca por afirmações identitárias, sejam quais forem, tem o efeito conservador de fechar-se à diversidade de possíveis vivências do cotidiano:

Todas estas estratégias, tanto as que visam a volta às identidades locais, quanto as que visam a sustentação das identidades globais, têm uma mesma meta: domesticar as forças. Em todas elas, tal tentativa malogra necessariamente. Mas o estrago está feito: neutraliza-se a tensão contínua entre figura e forças, despotencializa-se o poder disruptivo e criador desta tensão, brecam-se os processos de subjetivação. Quando isto acontece, vence a resistência ao contemporâneo. Fruir da riqueza da atualidade, depende das subjetividades enfrentarem os vazios de sentido provocados pelas dissoluções das figuras em que se reconhecem a cada momento. Só assim poderão investir a rica densidade de universos que as povoam, de modo a pensar o impensável e inventar possibilidades de vida. (ROLNIK, 1997, p.23).

Embora constatem a emergência de uma juventude adaptada à racionalidade neoliberal, também existe concomitantemente jovens que resistem a essas modulações da sociedade contemporânea, verificando que as desigualdades socioeconômicas no capitalismo e a insuportabilidade de uma vida governada se intensificam, especialmente entre jovens que oscilam entre a impossibilidade de entrada no mercado de trabalho e jovens das classes populares, que partilham do processo de inclusão consumo. Assim, buscam táticas para resistir e combater espaços de reprodução da racionalidade neoliberal praticada em quase todo planeta. Aptos ou não a se encaixar nas rotinas de cálculos econômicos e vitais, uns recusam e alguns resistem e se laçam em movimentos que buscam construir vidas autônomas ou livres por meio experimentações singulares e coletivas em combate com os costumes associados ao exercício centralizado de autoridade.

Movimentos de resistência dos jovens de hoje

Embora sejam distintas as concepções de política e de resistência, assim como também são distintas as suas táticas de enfrentamento, os jovens contestadores cada vez mais buscam coletivos e associações não institucionalizados, recusando as disputas por hegemonia que caracterizam as práticas de sindicatos e partidos políticos. A desconfiança e a descrença na via institucional levam-nos à elaboração de táticas distintas das tradicionais.

[...] há um novo momento e um novo modelo de associativismo civil dos jovens no mundo contemporâneo. Ele é diferente das rebeliões dos anos 1960, assim como também é distinto das ações coletivas dos movimentos altermundialistas recentes, que tem o Fórum Social Mundial como principal exemplo. As diferenças passam pelos campos temáticos tratados, pelos repertórios, formas de comunicação, identidades criadas, pertencimentos de classe e sociocultural, as formas como aproveitam as oportunidades políticas e socioculturais que surgem e a forma como veem os partidos e organizações políticas. (GOHN, 2013, p.12).

Essas táticas distintas dos novos movimentos estariam apreendendo com práticas e estilos de atuação inspiradas na história e nas proposições dos anarquistas, como apontado por diversos estudos realizados em todo planeta (GRAEBER, 2005; SOUSA, 2011; NEWMAN, 2010; BARRETT, 2011). Horizontalidade, autogestão, ausência de lideranças ou de intelectuais orgânicos, autonomia, transversalidade temática, foco na ampliação de liberdades e ampla utilização das redes sociais digitais, são algumas das novidades mais evidentes. Day (2005) sugere tratar-se de novíssimos movimentos sociais, que se configuram não necessariamente como anarquistas, mas anárquicos, no sentido da tática de ação. Claro que estamos diante de ampla multiplicidade de práticas coletivas, cada uma encontrando em sua singularidade mais proximidade ou distanciamento dos anarquistas. Interessante notar a tendência a intervenções na vida cotidiana, em hábitos e percepções sociais que extravasam demandas que possam ter relação com o Estado. Neles, a maneira como se luta é tão decisiva quanto pelo que se luta, recusando a clássica distinção do príncipe moderno entre meios e fins.

O Movimento Bicletada de Vitória-ES, por exemplo, se define quase como evento de encontros periódicos que organiza ações para incentivar o uso da bicicleta em substituição ao automóvel privado. Não há líderes, suas decisões são tomadas por consenso, e não fazem reivindicações aos órgãos do Estado. Mas tampouco atuam contra o Estado ou as instituições estabelecidas. A preocupação principal é a ecologia e o cuidado com o corpo. Outro exemplo muito emblemático atualmente no Brasil é o da forma de ação e organização do Movimento Passe Livre (MPL), que se possui formas diversas de reunir, variando de cidade a cidade, mas que presam pelos princípios do apartidarismo, horizontalidade, autonomia e constituição de frente de luta para pressionar por um objetivo específico (a redução da tarifa), mas voltado a um horizonte exequível (a tarifa zero). No entanto, deriva dessas lutas uma ampla discussão acerca dos modos de vida nas cidades e a mercantilização de direitos sociais (em especial os transportes), que apontam para uma crítica ao capitalismo e às formas de ação política contemporâneas.

Esses movimentos tendem a aproximar o marxismo autonomista com os diversos anarquismos, muitas vezes produzindo confusões semânticas e captura de práticas históricas de resistência. Não possuem o mesmo grau de organização interna dos movimentos da década de 1960 estudados pelo paradigma da Teoria da Mobilização de Recursos, pois se distanciam do ideal empresarial e da mentalidade dos que operam em termos de ganhos, mais uma vez registra-se o rompimento com a distinção estratégica entre meios e fins. Esse distanciamento é ainda mais evidente nas diferenças de contatos com organizações estatais, que são escassas ou nulas, com o que podemos denominá-los não institucionalizados. Em polo oposto, na ótica organizacional de McCarthy e Zald (1987) grupos organizados se articulam e disputam entre si recursos humanos, financeiros, mediáticos, funcionando como verdadeiras indústrias de mercado competindo pela obtenção de leis, políticas públicas e apoios político-sociais. Esses grupos agem na constante busca de maximizar eficiência e eficácia em suas ações, burocratizando a organização e estabelecendo alianças estratégicas. Esta formatação de ação coletiva coincide com o que Foucault (2008) chamou de *homo oeconomicus*.

No neoliberalismo – e ele não esconde, ele proclama isso – também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, mas como o *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus*, parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda. (FOUCAULT, 2008, p.310).

É importante esclarecer que, embora os hodiernos movimentos sociais que fogem de representações e institucionalizações ao redor do mundo tenham suas particularidades, eles trazem um legado das lutas que se iniciaram na década de 1960 – principalmente com movimentos contra-culturais, como dos hippies e posteriormente dos punks e autonomistas. No entanto, tomaram a forma com qual se apresentam hoje a partir da década de 1990 com o movimento antiglobalização a partir dos protestos contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Seattle, em novembro de 1999. Posteriormente esses movimentos foram pacificados em pautas ditas propositivas no interior do Fórum Social Mundial de 2001, mas suas novas táticas já haviam se espalhado pelo planeta.

A partir do final dos anos 1990, o campo temático deixou de lado a cultura e os valores de um tempo, como nos anos 1960, assim como não voltou ao tema das

lutas operárias e do internacionalismo proletário. Os repertórios focalizaram as políticas macroeconômicas e seus efeitos no mundo globalizado e clamaram: “Um outro mundo é possível”. As formas de comunicação alteraram-se muito nos anos 1990 em relação às dos anos 1960. A era dos computadores já predominava, unindo jovens de diferentes partes do mundo em ideais e ações comuns [...] Um dos fundamentos que dão base aos movimentos altermundialistas iniciados nos anos 1990 está na economia, especialmente nos efeitos perversos da globalização econômica. Contudo, encontram-se também no saldo organizatório das lutas identitárias das décadas anteriores. O chamado essencialismo da luta de classes foi substituído pelo pluralismo das lutas antirraciais, feministas, etc. (GOHN, 2013, p.14).

O movimento antiglobalização destaca-se por uma série de atuações coletivas que fogem dos padrões dos movimentos organizados até então conhecidos. Em Seattle, por exemplo, como forma de atrair a atenção dos meios de comunicação e de proteger os manifestantes da violência policial, viu-se a utilização da tática *black bloc* por parte de inúmeros ativistas. Destruindo símbolos do capitalismo e não reconhecendo a autoridade policial, a tática retoma a ação direta anarquista, de expressão incontestada de recusa à representação e as negociações com o Estado. As ações nas ruas inspiram-se, em certa medida, nos elementos das Zonas Autônomas Temporárias, sugeridos por Bey (2001).

A articulação dos movimentos sociais de jovens contestadores ou de resistência, que coloca em xeque as modulações da racionalidade neoliberal que caracteriza a juventude adaptada, tem mostrado a sua face através de inúmeros eventos ocorridos contemporaneamente nos mais distintos países. Esses eventos, portadores de singularidades em termos de resistência, passaram a ameaçar a ordem vigente, uma vez que questionam veementemente os valores das sociedades capitalistas, naturalizados pela juventude adaptada. Vale dizer, que os movimentos mais combativos são frequentemente criticados e rejeitados pelos movimentos adeptos de negociações estatais.

Uma característica desses movimentos sociais de jovens está fundamentada na forma de organização e comunicação de seus participantes que se alterou substancialmente, ganhando um *status* de ferramenta utilizada para articulação de suas ações coletivas. Como a comunicação não tem ocorrido somente por meio de computadores ligados à internet, mas também através de celulares e diferentes formas de mídias móveis, o registro instantâneo de suas ações transformou-se em arma de luta e em ações que geram outras ações através de suas difusões por meio de ferramentas como *Twitter*, *Facebook*, *Youtube*, *Tumblr*, *blogs*, etc., fomentadoras daquilo que se convencionou chamar de ciberativismo. Este é um eixo no qual as

resistências aos modos de vida da racionalidade neoliberal e as inúmeras capturas pelos fluxos comunicacionais da sociedade de controle sempre estão em uma encruzilhada plástica e oscilante na qual nunca se pode traçar uma divisão clara entre quem resiste e quem colabora. Na medida em que a produção colaborativa é traço característico das redes sociais digitais, que são a imagem mais acaba da produção capitalista contemporânea.

Outra característica desses movimentos refere-se à peculiaridade de seus nomes, pois muitos deles adotaram o dia de um grande evento de rua projetado planetariamente, como é o caso do Movimento 12 de Março – M12M, ocorrido em Portugal, ou Movimento 15 de Março –15M, ocorrido na Espanha, também conhecido como indignados.

Nomear segundo a data de surgimento do movimento foi também um fato presente no Maio de 1968 francês: o Movimento 22 de Março, liderado por Daniel Cohn-Bendit, teve este nome porque os protestos eclodiram na Universidade de Nanterre neste dia. Os locais de ocupação também deram origem a nomes como *Occupy Wall Street*. Aliás, o referente desse movimento é a ação coletiva – a ocupação, o *Occupy*, ou Ocupa. Nos Estados Unidos, ele espalhou-se, além de Nova York, para Washington, Los Angeles, San Francisco, Oakland, na Califórnia, Boston, Harvard, na costa leste, etc. Dentre outras capitais ou cidades no mundo, pode-se citar Londres, Frankfurt, Paris, Roma, Milão, Hong Kong, Tóquio, Taiwan, Sidney, São Paulo, Rio de Janeiro, etc. (GOHN, 2013, p.18).

Alguns autores têm enfatizado o ano de 2011 como um momento em que a esquerda mundial conquistou um espaço político jamais visto na história, principalmente, através de um tipo de participação política que coloca em xeque todas as referências institucionais existentes. Entretanto, embora não sejam consensuais suas formas de resistências, já que essa esquerda jovem contempla socialistas, comunistas e, principalmente, anarquistas, a sua força teve um alcance inimaginável.

O viés anarquista existente nos movimentos de 2011, mesmo que não seja explicitado na teoria, choca-se com o programa muitas vezes reformista e regulacionista do capitalismo, como se vê, no manifesto dos indignados espanhóis. Se em geral é verdade, como escreve Vladimir Safatle, que “não dá pra confiar em partidos, sindicatos, estruturas governamentais”, sua conclusão é muito mais controversa: “a época em que nos mobilizávamos tendo em vista a estrutura partidária acabou”. (CARNEIRO, 2012, p.12).

Hoje, grande parte dos jovens contestadores que busca táticas de resistências ao domínio do capital e de suas consequências, não acredita na luta institucional burocratizada através de partidos e sindicatos. Talvez seja por isso que esses jovens tenham passado a se organizar de forma horizontalizada e sem o peso hierárquico das instituições e de seus intelectuais orgânicos. Partindo dessa premissa, é possível questionar se a eclosão simultânea e contagiosa desses movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região ocorridas em 2011 e 2013 conseguiriam alcançar essa proporção, tomando uma dimensão internacional, na medida em que passaram a se articular através do ciberativismo derrubando ditaduras na Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, estendendo-se pela Europa, com ocupações e greves na Espanha e na Grécia, revolta nos subúrbios de Londres, atingindo os estudantes do Chile e ocupando *Wall Street*, nos Estados Unidos.

A luta contra o Estado e o capital exigem, para Bakunin (2013), alguma forma de união e associação para a ação revolucionária. O objetivo seria substituir o governo centralizado, porém criando novas ordens autônomas: “[...] para que essa descentralização seja possível é necessário contar com uma verdadeira organização e esta não pode existir sem certo grau de regulamentação, que é, depois de tudo, simplesmente o produto de um acordo ou contrato mútuo.” (BAKUNIN, 2013, p.73). A forma de ação coletiva para a destruição do poder estatal, que propõe, perpassa a espontaneidade e o caos produzido pelas revoltas indignadas de cada rebelde que ama sua liberdade e que atua em ações diretas, como na tática *black bloc*:

A insurreição popular, por sua própria natureza, é espontânea, caótica e despiedada; supõe sempre a destruição de sua propriedade e da alheia. As massas do povo estão sempre dispostas a se sacrificar e o que as converte em uma força dura e selvagem, capaz de atos heroicos e de objetivos em aparência impossíveis, é que possuem muito pouco e com frequência absolutamente nada e que, portanto, não estão corrompidas pelo desejo de propriedade. Se a vitória ou a defesa o exigem, não se deterão nem ante a destruição de suas próprias aldeias e, considerando que além disso a propriedade não está em seu poder, podem chegar a evidenciar uma verdadeira paixão pela destruição. (BAKUNIN, 2013, p.74)¹.

Apontamentos sobre as Manifestações 2013 e seus desdobramentos políticos

A onda iniciada em 2011 chegou ao Brasil fortemente em 2013, ano em que as pessoas, a partir do mês de junho, saíram às ruas para se opor, inicialmente,

¹ Tradução própria.

ao aumento de 0,20 centavos nas passagens de ônibus e, posteriormente, as reivindicações passaram a ser diversificadas, problematizando outras questões como a corrupção, a reivindicação por melhorias nas diferentes políticas públicas, o questionamento das proposições e aprovações das Propostas de Emenda Constitucional – PEC, a exemplo da chamada PEC 37, que tratou de garantir a Polícia Judiciária o direito de investigar - que já é assegurado pela Constituição Federal com o intuito de garantir a estabilidade jurídica do Brasil - uma vez que tais investigações estariam sendo feitas pelo Ministério Público o qual não possui critérios legais para operar em tal função, de acordo com o Art. 129 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Descolamento de pauta que comporta o risco de metamorfosear manifestações que tinham traços de revolta popular em reivindicações que reforçam a ordem e podem ser capturadas por anseios reacionários, como se deu posteriormente sobretudo com o forte impulso midiático.

Não obstante, uma das principais características das manifestações de junho de 2013 no Brasil se deve ao fato de trazer importantes reflexões e contestações acerca das supostas democracias representativas e participativas, que operam na esfera do liberalismo político. Novíssimos movimentos ganharam evidência, demonstrando desinteresse em dialogar com representantes do Estado e rompendo com as tradicionais vias da política institucional, que busca captura pelo diálogo para as organizações de tipo empresariais. As manifestações de 2013 no Brasil colocaram em xeque não somente o discurso sobre a passividade do brasileiro, presente inclusive em diferentes tradições do pensamento social desse país, conforme as análises apresentadas por Ianni (2004), como questionaram os próprios modelos de participação política, característicos das democracias liberais.

No Brasil, é possível verificar a incidência de certo senso comum fatalista, que opera como verdade no campo científico de maneira bastante próxima das análises apresentadas por Fukuyama (1992), sobre a inevitabilidade do neoliberalismo. Entretanto, esse fatalismo não age exclusivamente no campo econômico, mas, sobretudo, no campo político através da continuidade do discurso que reafirma o Estado. Tal discurso perpassa, inclusive, a institucionalização dos movimentos sociais, o que no nosso entendimento engendra um problema tão crítico quanto aquele apresentado por Fukuyama (1992).

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo

interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 2006, p.292).

É bastante curioso constatar que a grande maioria dos teóricos dos movimentos sociais no Brasil não davam muita importância para aquelas modalidades de ação política não amparadas em instituições. Desse modo, é possível questionarmos se esses pesquisadores brasileiros não estariam considerando apenas aquelas organizações que operavam como empresas, deixando de notar os movimentos de caráter autônomo, que em sua maioria se fundamentam em relações horizontais e não em relações verticais de poder.

Se levarmos em consideração que muitos desses movimentos sociais amparados em representatividades possuíam suas matizes no marxismo e na social-democracia, verificaremos que a noção gramsciana de intelectual orgânico acabou se fazendo presente – conforme sugere Nogueira (2005) – e, possivelmente, impossibilitando a autonomia dos manifestantes, uma vez que partiam do pressuposto da necessidade de uma conscientização de classe, baseada na liderança daqueles que detinham certos saberes políticos e se colocavam como sujeitos imprescindíveis no processo de conquista de direitos sociais, políticos e econômicos.

Esse tipo de perspectiva sugere, de certa forma, uma espécie de elitismo ou vanguardismo que se impõe aos sujeitos através da arrogância intelectual, segundo a qual somente aqueles que vivenciam e refletem sobre determinadas condições históricas de classe possuem a clareza cognitiva e, portanto, devem apresentar os melhores caminhos a serem tomados pelos demais indivíduos. Sendo assim, é possível constatar que as próprias experiências de participação política representativa e participativa presentes nas tradições liberais, também está presente em autores marxistas e sociais-democratas, sobretudo, no que se refere a importância dada as lideranças e modelo de participação proposto. De outro lado, evidencia que a revolta ou o conformismo não estão determinados pelo pertencimento ou pela consciência de classe.

É curioso, embora saudável, o fato de Gohn (2013), uma das mais importantes pesquisadoras do tema, ter apresentado um livro intitulado *Sociologia dos Movimentos Sociais* após as manifestações ao redor do mundo ocorridas em 2011, tratando da importância das juventudes no processo de mobilização das manifestações. Embora parte dos sociólogos tenha negligenciado não somente outras formas de ação que escapam às representatividades e institucionalidades,

mas também a importância dos jovens como praticantes da crítica à certa maneira de fazer política, hoje os pesquisadores mais comprometidos com essa temática não se furtam em enfatizar a importância desses sujeitos e de seus questionamentos sobre a política institucional. Isso deve ser visto como algo importante do ponto de vista analítico, principalmente, porque coloca em xeque aquelas concepções ou vertentes teóricas que se fundamentavam em verdades acerca do que Foucault (2008) chamou de governamentalização do Estado.

Analisar a ação política apenas na esfera do sufrágio universal, conforme as ponderações de grande parte dos sociólogos e cientistas políticos brasileiros, tem se demonstrado bastante limitado exatamente por negar outras forças em luta na história, considerando apenas os líderes. Assim, é possível trazermos uma questão fatal para parte dos pesquisadores dessa temática: Será que devemos tratar das análises desses movimentos sociais com os mesmos conceitos, categorias e noções que abarcam a participação política e a governamentalização do Estado? Será que estamos fadados a viver na democracia liberal, conforme sugere Fukuyama (1992) quando afirma a inevitabilidade do neoliberalismo? Se o conhecimento científico, sobretudo, no campo da Sociologia e da Ciência Política, se fundamenta em probabilidades, como é possível pesquisadores partirem de certezas como, por exemplo, a infinitude da democracia representativa da mesma forma que Fukuyama (1992) propôs o fim da história?

Para abrir outras conversas

Certamente nos encontramos diante de novas táticas de resistência ao poder no capitalismo contemporâneo que vigora sob uma racionalidade neoliberal, majoritariamente composta por jovens, que atingiram um nível planetário. Sendo assim, é possível afirmar que há certas peculiaridades nas formas de resistência das ações coletivas dos jovens contemporâneos que se encontram em oposição às condições sociais, econômicas e políticas que incidem sobre eles de forma repressiva ou os convocam para adesão a um jogo no qual todos são competidores investindo em seu capital humano, tornando-se empreendedores de si. Isso tem levado esses jovens não somente a resistir, mas também a se mobilizarem e a ocuparem os espaços públicos de forma bastante diversa.

Por qualquer ângulo, 2011, foi um bom ano para a esquerda mundial – seja qual for a abrangência da definição de cada um sobre a esquerda mundial. A razão fundamental foi a condição econômica negativa que atingia a maior parte do mundo. O desemprego, que era alto, cresceu ainda mais. A maioria dos governos

teve de enfrentar grandes dívidas e receita reduzida e como resposta tentaram impor medidas de austeridade contra suas populações, ao mesmo tempo em que tentavam proteger os bancos. O resultado disso foi uma revolta global daqueles que o movimento *Occupy Wall Street* chama de “os 99%”. Os alvos eram a excessiva polarização da riqueza, os governos corruptos e a natureza essencialmente antidemocrática desses governos – sejam eles de sistemas multi-partidários ou não. Não é que movimentos como o *Occupy Wall Street*, a Primavera Árabe e os indignados tenham alcançado tudo o que esperavam. Mas, conseguiram alterar o discurso mundial, levando-o para longe dos mantras ideológicos neoliberais, para temas como desigualdade, injustiça e descolonização. Pela primeira vez em muito tempo pessoas comuns passaram a discutir a natureza do sistema no qual vivem. (WALLERSTEIN, 2012, p.73).

Essas lutas, tanto no Brasil quanto fora dele, perpassam as mais distintas questões e táticas de resistência. Aqui, vemos desde A Marcha das Vadias até mesmo a Marcha da Maconha e demais movimentos que se intensificaram resultando em diversas paralizações e manifestações que ocorreram em junho de 2013, que reivindicam direitos sociais, políticos e civis, mas derivam em outras experiências anti-estatais. Não obstante, as forças conservadoras ainda exercem pressão, inclusive criminalizando movimentos sociais, sobretudo, aqueles praticados por jovens. Isso é nítido nas ações de caráter repressivo, capitaneadas pelas forças policiais que atuam nestes espaços agredindo fisicamente e simbolicamente os seus manifestantes.

Contudo, estas alas mais conservadoras, do qual os jovens adaptados geralmente são tributários, exercem enorme protagonismo na política nacional. Não é à toa que vemos manifestações políticas mescladas com ações religiosas e moralistas ocupando um enorme espaço como, por exemplo, A Marcha para Jesus, capitaneada pela ala pentecostal e conservadora, como forte apelo nas classes populares projeção institucional, com postos ocupados por figuras como Bolsonaro, Feliciano e demais representantes do conservadorismo que visam combater quaisquer ações que violem os princípios morais e religiosos destes.

No entanto, essa tensão se dá não apenas de maneira exterior a esses movimentos e de forma que se poderia retomar a já desgastada oposição entre esquerda e direita ou conservadores e progressistas. Nesses movimentos também habitam futuros empreendedores de si, aptos, em pouco tempo, a utilizarem a *expertise* adquirida em meio aos movimentos de resistência para aplicá-las de forma empreendedora em novas formas organizacionais de empresas, partidos, sindicatos e universidades. Na sociedade de controle as capturas são constantes e já se observa a proeminência, ainda um pouco tímida, de algumas lideranças galgadas em meio

aos jovens contestadores como estratégia de refazer a forma-partido como princípio organizacional da política, casos de Camila Valejo, entre os estudantes chilenos, ou de Pablo Iglesias, entre os indignados espanhóis. Dois casos emblemáticos de como se captura o novo para se repor o velho, retomando a velha estratégia da raposa entre meios e fins e operando uma das mais velhas máximas da Ciência Política moderna: é preciso mudar para que nada mude.

No caso dos jovens no Brasil, isso ainda não tomou uma forma nova, junho de 2013 ainda está fresco e de certa maneira não acabou. O que é possível afirmar é que se as análises seguem se servindo de velhas categorias, a transformação demorará a produzir efeitos na produção do saber sobre essas táticas surpreendentes de resistências.

**CAPTIVITIES AND RESISTANCES IN LIBERAL
DEMOCRACIES: A QUICK LOOK AT YOUTH PARTICIPATION
IN THE NEWEST SOCIAL MOVEMENTS**

ABSTRACT: *The protests in June 2013 gave rise to a number of new social movements in Brazil, characterized by anti-capitalist and anti-globalization views, horizontal organization, the rejection of dialogue with state representatives through institutional channels and dynamic mobilisation through online social networks. Many of these groups refuse the traditional hierarchical structure of social movements and representation models that culminate in leaders capable of negotiating with the State but also of being co-opted by the interests of institutional power. The analysis seeks to understand the singularities of these new forms of organization of confrontation and of expression of social and political dissent. These recent collective actions have exhibited strong influences from anarchist references, offering an analytical challenge that the theoretical-methodological frameworks commonly used in studies of social movements do not support satisfactorily.*

KEYWORDS: *Social movements. Society of control. Anarchism.*

REFERÊNCIAS

BAKUNIN, M. **Tácticas revolucionarias**. Buenos Aires: Terramar Ediciones, 2013.

BARRET, D. **Los sediosos despertares de la anarquía**. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2011.

BEY, H. **TAZ**: zona autônoma temporária. Tradução de R. Rezende e P. Decia. São Paulo: Conrad, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CARNEIRO, H. S. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo, 2012. p.7-14.

DAY, R. J. F. **Gramsci is dead**: anarchist currents in the newest social movements. Londres: Pluto Press, 2005.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**. Tradução de P. P. Pelbart. São Paulo: 34, 2001. p.235-237.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. Tradução de L. Carli. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FUKUYAMA, F. **Fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

GRAEBER, D. O carnaval está em marcha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1408200507.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

GOHN, M. G. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

MCCARTHY, J.; ZALD, M. Resource mobilization and social movements: a partial theory. In: _____. (Ed.). **Social movements in a organizational society**. New Jersey: Transaction Publishers, 1987. p.247-272.

NEWMAN, S. **The politics of postanarchism**. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd, 2010.

NOGUEIRA, M. A. **Um estado para a sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. (Org.) **Cultura e subjetividade**. Saberes *nômade*s. Campinas: Papiрус, 1997. p.19-24.

Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUSA, M. R. **Os caminhos da anarquia**. Uma reflexão sobre as alternativas libertárias em tempos sombrios. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2011.

WALLERSTEIN, I. A esquerda mundial após 2011. In: HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo, 2012. p.73-76.

Recebido em 27/02/2015.

Aprovado em 05/06/2016.

